

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA “PRINCÍPIOS DE  
GEOGRAFIA HUMANA”, DE VIDAL DE LA BLACHE

RUI RIBEIRO DE CAMPOS

*Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 42, n.1: 64-83, jan., 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/47181/32935>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - jan., 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# UMA BREVE ANÁLISE DA OBRA “PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA”, DE VIDAL DE LA BLACHE

RUI RIBEIRO DE CAMPOS<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo expõe as principais características da obra “Princípios de Geografia Humana”, do geógrafo francês Paul Vidal de La Blache, e procura realizar uma análise crítica de seu conteúdo. Isso para tentar demonstrar que, apesar de alguns aspectos positivos, o autor propôs uma Geografia indefinida quanto ao seu objeto, aparentemente despolitizada, ligada ao capitalismo, legitimadora do expansionismo francês, do colonialismo e do imperialismo, fragmentadora da realidade global e que dificultava a abstração e a especulação necessárias à constituição de um campo científico.

**Palavras-chave:** Princípios de Geografia Humana; Escola Possibilista Francesa; Vidal de La Blache.

## APRESENTAÇÃO

A secularização do conhecimento europeu, ocorrido graças ao Iluminismo, ampliou-se com as teses de Darwin e aspectos destas foram utilizados para além do campo biológico, pois sua adaptação foi adequada ao sistema que passava a predominar no continente, justificando a competição, o individualismo, a ampliação do espaço estatal, o preconceito racial e outros temas. No século XIX, conquistas tecnológicas significativas e o ideal do progresso estavam na ordem do dia. Tudo isso estava presente na principal obra de Vidal de La Blache (1845-1918), “Princípios de Geografia Humana”. O livro é um trabalho da maturidade do autor, o que impede o uso de frases como: era jovem, estava começando ou outras.

Para Ruy Moreira (2008), a obra norteou a Geografia da Civilização (dos gêneros de vida) e “[...] o nexo discursivo do livro é formado pelas categorias da civilização e do gênero de vida, inspiradas no conceito de contingência.” (MOREIRA, 2008, p. 63) A contingência era o conceito que La Blache colocava no âmago do gênero de vida e ele a compreendia “[...] como a capacidade de livre escolha da forma de relacionar-se com o meio que o homem porta naturalmente consigo mesmo.” (Ibidem, p. 154/155) A contingência era, portanto, a possibilidade da livre escolha, de opção pela forma de relação com a natureza para a construção geográfica na história. “O gênero de vida é o veículo básico dessa construção. Orientado nos hábitos e costumes, de que a própria técnica surge como forma de expressão, o gênero de vida é a contingência materializada em modo de vida.” (Ibidem, p. 170)

---

1 Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense, em Angra dos Reis (RJ). E-mail: ruicampos@id.uff.br.

Para La Blache, a ideia que dominava o progresso da Geografia era a da unidade terrestre, da Terra como um todo, na qual os fenômenos obedecem a leis gerais. Citando Humboldt (1769-1859), destacou a importância da fisionomia vegetal nas características de uma paisagem, sua relação com o clima e que a fisionomia da vegetação era a marca mais expressiva de uma região, assim como sua ausência era um fato que impressionava. Colocando a definição de Ecologia do prussiano Ernst Haeckel (1834-1919), escreveu sobre a competição entre as plantas (somente as mais bem adaptadas ao meio conseguiam manter-se), sobre a adaptação das mesmas. Para Vidal, havia uma ideia essencialmente geográfica: um meio, dotado de uma potência que pode agrupar e manter juntos seres heterogêneos em coabitação e correlação recíproca. O meio geográfico seria, para o geógrafo francês, *“um todo diverso de seres, coisas e homens que coabitam um mesmo espaço.”* (MOREIRA, 2008, p. 67) O *habitat* seria um elemento descritivo fundamental da relação com o meio; seria ele uma expressão do meio e do gênero de vida.

Com a concepção de que a História somente começa com a escrita, vai buscar fatos humanos que ele chama de pré-históricos. Escreveu sobre densidade da população, mas uma densidade geral, sem relacioná-la corretamente com os meios de subsistência. Para ele, do mesmo modo que espécies animais e vegetais, o homem se *“adaptava”*. Importava sempre assinalar a influência do relevo, do clima, da posição continental ou insular; o homem era tido como um *“fator geográfico”* e uma civilização se resumia à luta contra obstáculos físicos. Uns venceram esses obstáculos; outros perderam até a iniciativa.

O homem modificou diversas regiões, fez florestas tropicais darem lugar a savanas ou a sub-bosque. Estudando a ação do homem sobre a terra, os estigmas impressos na superfície, a geografia humana teria um duplo objeto: fazer um balanço das destruições que reduziram o número das *“grandes espécies animais”* e conhecer mais intimamente as relações que uniam o conjunto dos seres vivos, a perscrutação das transformações em curso para prever (Ibidem, p. 45). O dom de prever do positivismo estava presente, assim como a crença na ciência. A ação presente e futura do homem, armado com tudo o que a ciência pôs a seu serviço, ultrapassava em muito os nossos antepassados. E afirmou: *“Felicitemo-nos por isso, porque a empresa da colonização, à qual a nossa época ligou a sua glória, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de transformação ou de restauração que estão no poder do homem.”* (LA BLACHE, 1954, p. 46) Esses aspectos, sua visão de mundo, as características que tentou imprimir à Geografia em sua obra básica, é o que se pretende analisar neste artigo.

## **1. O LIVRO “PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA”**

No início da primeira parte, afirmou que o homem imprime no solo um cunho mais ou menos duradouro. Desconfiava das médias e fez um panorama da distribuição da população pelo mundo, realçando os fatores climatobotânicos e de altitude, simplesmente dizendo onde havia mais e onde havia menos. Mas estava atualizado quanto à presença humana antiga em todos os continentes e

também em relação às glaciações. Todavia não abria mão de seus conceitos pre-conceituosos de civilizações “avançadas” e “rudimentares”.

No capítulo III, escreveu sobre diversas áreas da África e da Ásia. No Egito, “*A natureza do solo fez da organização coletiva uma exigência.*” (LA BLACHE, 1954, p. 91) Do mesmo país, citou o fato de culturas industriais, como a do algodão, terem maiores exigências de mão de obra, mas não escreveu sobre quem introduziu essa cultura no Egito e nem o fato de ela ser uma monocultura e, portanto, redutora da variedade alimentar (a fome poderia ser causada, segundo ele, pela irregularidade das estações). Disse que a área egípcia era uma “*encruzilhada da espécie humana*” e não do comércio realizado por seres humanos.

Na Índia, não mencionou o sistema de castas (exceto em uma nota de rodapé), afirmou que nada poderia ser comparado aos progressos obtidos no século XIX pela Europa (como se a dominação inglesa fosse levar um gênero de vida superior para a civilização hindu). Citou que flagelos, epidemias, fomes desafiavam “o próprio esforço da Administração Britânica”, terminando a frase assim: “[...]; e daí desaparecerem todos os seres fracos que a miséria, a falta de higiene e a vida precária tinham predisposto para sofrer-lhe os golpes.” (Ibidem, p. 108)

No quarto capítulo, afirmou: “*As aglomerações asiáticas nasceram e cresceram sob a influência de uma causa principal, o clima de monções.*” (Ibidem, p. 119) Já no continente europeu a aglomeração efetuou-se “[...] em condições de clima e de latitude cujas exigências ultrapassam muito as das regiões tropicais ou subtropicais. A aglomeração europeia representa, por isso, alguma coisa de original na história do povoamento do globo.” (Ibidem, p. 119) Pelo jeito, esses climas ou essas latitudes só existiam na Europa. Por essa razão ela deveria disseminar o seu modo de viver pelo mundo. E disse ainda mais: “*A formação da aglomeração europeia aparece, por isso, como uma obra da inteligência e do mérito quase tanto como da natureza.*” (Ibidem, p. 124) Deve ser por essa razão que tanta gente emigrou desse continente no século dezenove!

Ao escrever sobre a o efeito das relações comerciais, afirmou que tal progresso não foi privilégio de uma raça. Entretanto, na sequência, colocou: “*Isto não quer dizer que devamos por em dúvida as qualidades superiores de que o homem deu provas na Europa para valorizar mais intensamente do que noutra qualquer parte os recursos que o meio ocultava; [...].*” (Ibidem, p. 124) Constituíam o objeto de seu estudo “[...] a formação na Europa do principal grupo humano atualmente existente no Globo.” (Ibidem, p. 128) Ou seja, colocava o europeu como o principal grupo humano, que havia realizado uma obra de “grande fôlego”, que alcançara um progresso muito superior à maioria das previsões feitas no século XVIII, com uma série de conquistas como das florestas que desbravou, dos pântanos que secou, dos aluviões que tirou do mar; “*Enfim: há século e meio, a aurora da grande indústria raiou numa região da Grã-Bretanha onde se concentravam o ferro e a hulha.*” (Ibidem, p. 128) Parece escrever que as razões básicas estariam na presença de hulha e ferro; se essa fosse a razão, outras áreas ricas em carvão de pedra poderiam também ter sua Revolução Industrial, como Prússia, França, Rússia, China, EUA e outros.

Pelo texto é possível afirmar que ele não era racista, pelo menos quanto aos povos que dominaram a Europa, pois escreveu “[...] *numerosos exemplos que mostram a mesma raça prolífica ou estéril, segundo os tempos e os lugares, bastam para não dar muito fundamento à importância que se tem atribuído tantas vezes às causas étnicas.*” (Ibidem, p. 150) Disse mais: “*Sob o ponto de vista de raça, há poucos grupos homogêneos, se é que existe algum.*” (Ibidem, p. 175)

No início da segunda parte do livro, escreveu sobre o meio:

Sob este nome de *meio*, grato à escola de Taine, sob o de *environment*, de emprego frequente na Inglaterra, ou mesmo sob o de *ecologia* que Haeckel introduziu na linguagem dos naturalistas – termos que, no fundo, redundam na mesma ideia –, é sempre idêntica preocupação que se impõe ao espírito, à medida que melhor se descobre a íntima solidariedade que une as coisas e os seres. O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa. (LA BLACHE, 1954, p. 155-156).

Meio geográfico não é sinônimo de ecologia; ao utilizar este termo em Geografia, ele não pode ter o mesmo significado, pois desse modo se coloca o homem em uma cadeia, iguala-o a outros seres vivos e o analisa como os outros animais, não havendo diferenças entre ele, um tatu ou um rinoceronte. E não há solidariedade entre os homens e as coisas, pois o primeiro devasta aspectos do segundo; não só, também modifica para o seu bem estar. E esse homem, significando a humanidade, tira todo o caráter de classe que existe nas relações entre as pessoas e também entre alguns homens e o meio.

Descreveu os modos de alimentação dos tipos mediterrâneo, americano, europeu central e setentrional, asiático. As maneiras de se alimentar se constituíam em uma das mais tenazes relações que ligam o homem a certo meio. Vestuário e armamento são mais sujeitos a modificações, mas o regime alimentar era feito segundo as necessidades do organismo conforme os climas. A intenção dele era mostrar como persistiam certas influências do meio. Falou das culturas alimentares, desde a Antiguidade; entretanto, ninguém padecia da fome. Como o trigo se associava à civilização clássica, o milho era inseparável do desenvolvimento da americana. No entanto, parecia que essa área europeia nunca tivera crises por causa da alimentação. Ou seja, destacava a beleza das plantações, dos pomares, das hortas, como se tudo fosse bem distribuído; dava maior importância aos resultados, à paisagem e nesta não registrava a presença humana.

Chegou a afirmar que “*Cada espécie aspira a alargar-se para fora do seu centro de origem*”, como se fosse somente um desejo das plantas, e algumas culturas, como “[...] *o chá, a vinha, o milho, o trigo, etc., permanecem sujeitos a condições imutáveis e, a maior parte das vezes, incompatíveis; [...]*” (Ibidem, p. 213). Condições imutáveis significavam certa falta de crença no poder da ciência, o que diferenciava um pouco do positivismo clássico. Mas nada de “*plantation*”, nada

de trabalho escravo, nada da carência alimentar provocada pela especialização agrícola, nada da dependência de um país monoexportador.

A paisagem que caracterizava uma região era marcada pela casa, pelos jardins, pelas plantações, enfim, pela obra do homem, mas não por este. Na “paisagem” não existiam pobreza, mortalidade infantil, concentração de renda ou fundiária, poder estatal. Em seu livro não existiam guerras, conflitos entre os países, processo de ocupação... A sua geografia era mesmo uma *“ciência dos lugares e não dos homens”*. (Idem, 1985, p. 47) Ou, como afirmou Jean Brunhes (1869-1930), um geógrafo da Escola Regional Francesa, que “[...] *para a Geografia, a casa (como elemento fixo da paisagem) tem maior importância que o morador. Ou, na afirmação de C. Vallaux, de que o homem importa, para a análise geográfica, por ser um agente de modelagem do relevo, por sua ação como força de erosão.*” (MORAES, 1981, p. 23)

No capítulo V, redigiu que entre a aldeia africana e a europeia, “[...] *existe toda a distância que separa as civilizações rudimentares de uma civilização avançada, tal como se verifica entre a pequena cidade de outrora e as imensas cidades que a nossa época vê crescer.*” (LA BLACHE, 1954, p. 240) As cidades começaram a modificar seu entorno, a exercer influências longínquas, como acontecia com as grandes cidades da época. Formaram áreas que possuíam o aspecto “de uma região plenamente civilizada”, querendo dizer com isso que as regiões europeias eram as civilizadas, como se não existissem tipos diferentes de civilização. Mas seria nos países “de velha civilização” que a complexidade dos fatos tornava a observação mais difícil. De “velha civilização” eram países europeus, e um pouco da China, Japão e Índia. Como eram somente esses os da velha civilização? Onde o homem se instalou na Antiguidade também eram áreas de antiga civilização. E, de acordo com descobertas do século XX, as mais antigas seriam as africanas.

O europeu conquistou muita coisa, foi fantástico, é o que dá a impressão quando se lê o livro. E China, Japão ou Índia não possuíam tantas variedades, pois lá “*não se fez a investida metódica de novos domínios de cultura*”. Essas áreas não participaram das transformações, de uma vitalidade que desperta. “*Neste sentido a Europa é a mais humanizada de todas as partes do mundo; nenhuma outra oferece um material tão rico e hierarquizado de exemplos.*” (Ibidem, p. 242) E quando citou as Américas, só falou dos Estados Unidos, que tinham “queimado etapas”; nada escreveu sobre os antigos impérios asteca, maia ou inca; ou qualquer outro grupo americano pré-colombiano. Mas já sabia que “*É a cidade que rege as relações entre os rurais.*” (Ibidem)

Acrescentou a existência de uma “lei natural em diversas regiões”, o que demonstrava que ela não era geral, nem permanente e não valia para todos os locais. “*Pode-se considerar como uma lei geral a predileção dos estabelecimentos humanos pelas linhas de contato de camadas geológicas diferentes; [...]*” (Ibidem, p. 248) Ora, isso podia ser válido para algumas regiões francesas, mas não podia ser colocado como uma lei geral; não poderia ser considerado válido, por exemplo, para áreas montanhosas.

O sítio exprimia uma combinação de influências físicas, combinações que existiam por virtude do homem. “*Modificam profundamente a paisagem e são, por isso, um dos objetos essenciais da Geografia humana. Grandes diferenças sociais nasceram das diferenças de ‘habitat’; a aldeia realiza um tipo de comunidade que ultrapassa o quadro da família e do clã.*” (Ibidem, p. 270) Aí dá para entender o que para ele significa grande diferença social; não é no sentido de alguns possuírem muito e, a maioria, pouco; e a causa seriam as diferenças de *habitat*. A mudança do papel das organizações, as alterações urbanas, das comunicações e da vida comercial, as indústrias, trariam novas leis.

Existia, segundo Vidal, um tipo de isolamento, no qual o homem misturava sentimentos, preconceitos e concepções, acrescentando uma consagração religiosa advinda do passado que se envolvia em mistério. Formava-se uma teia que o paralisava. Vidal possuía uma visão sobre as religiões, segundo a qual elas poderiam atrapalhar a “evolução” do grupo.

Toda a vida do preto da Guiné está complicada por superstições e ritos que seria tão perigoso infringir como ao *tabu* polinésio. O nosso camponês tradicionalista, e bem assim o cultivador hindu, cambojano ou chinês, são pessoas escrupulosas, fervorosos observadores de práticas tais que o essencial não se distingue nelas do parasita. Cada operação complica-se com regras de observância entre as quais a iniciativa não tem oportunidade para se exercer. O modo de vida, penetrando a tal ponto nos hábitos, torna-se um quadro limitado para a evolução da inteligência. O que surge de novo parece hostil; sob estas influências veem-se cristalizar organismos sociais, e, por falta de renovação, obras dispostas para o bem comum tornam-se conservadoras de rotina. (LA BLACHE, 1954, p. 278).

A pergunta cabível é por que não foram incluídos exemplos de catolicismo. Sabe-se dos males que a instituição Igreja Católica provocou no desenvolvimento do conhecimento científico, ao punir (e, muitas vezes, queimar) quem discordasse de fatos da Bíblia, de que a Terra fosse parada, de que o Papa fosse falível, que os animais evoluem etc. etc.

Ficou evidente a sua defesa do individualismo. Afirmar que instituições comunitárias restringem o horizonte era assumir uma defesa do capitalismo que se implantava na Europa. Declarar que em algumas comunidades, quando as organizações (ofícios, plantio, afolhamento) eram fixadas, não poderiam mais ser modificadas, era uma asseveração pouco adequada, pois os grupos não devem mexer no que lhes satisfaz, no que dá resultados. É diferente quando se propõe algo mais eficiente para que sobre mais tempo de convivência. O que ele parecia atestar era que tudo o que estava sendo feito em alguns países europeus capitalistas era adequado para todos e eles deveriam aceitar essas modificações.

O que se vê em alguns parágrafos é um elogio à dominação. Tudo foi feito visando o progresso da humanidade, inclusive o “culto da pátria”. Parece que nesse processo não há mortes injustas, expropriação de povos, escravidão, imposições

culturais. Não citou a razão da decadência do Império Romano; mencionou que houve uma fusão graças ao Cristianismo, mas nações germânicas cresceram mais depois da separação de Roma. E sociedades humanas semelhantes a “sociedades” vegetais e animais? Não somente o evolucionismo crescia; também o darwinismo social. E sobre a China pronunciou o seguinte:

Habituada a irradiar em torno a própria civilização, a China resigna-se a custo o papel de discípulo: entrincheira-se na sua mentalidade orgulhosa. Às ideias subversivas da Europa e da América, e aos artigos exóticos da mesma origem, opõe a sua moral, a sua filosofia, as suas tradições literárias, os seus hábitos domésticos, a sua concepção de luxo e de bem estar. (LA BLACHE, 1954, p. 284).

Disse ainda que os produtos oferecidos pelos “*ciosos competidores*” (algodão, máquinas, petróleo) eram desdenhados por ela. Se sua visão fosse diferente – e não de um defensor do imperialismo – colocaria esse posicionamento como positivo e faria alguma referência ao ópio vendido pelos ocidentais. O elogio aos dominadores europeus estava claro em trecho que se referia à Índia (Ibidem). E o que ele chamava de xenofobia do Japão, da China ou da Índia significava, na verdade, a dificuldade em implantar uma nova cultura, que seria a europeia, nessas áreas.

Certos trechos dessa obra seriam semelhantes àqueles que franceses apelidaram de deterministas; e Vidal não explicava o motivo pelo qual, em determinados momentos, a Europa era o atraso. Astecas e Incas já foram superiores em diversas coisas aos europeus; o mundo árabe foi, durante séculos, o local da ciência, da pergunta, enquanto o continente europeu era do domínio do atraso, das crendices, das pestes, da “verdade católica”. Por que somente no mundo contemporâneo (dele) o continente europeu era o mais desenvolvido?

A Circulação mereceu uma atenção especial; é o nome da terceira parte do livro. O homem inventou embarcações para o transporte pelos rios etc. Foi uma “[...] *múltipla eclosão de invenções locais fortemente marcadas pelo cunho do meio.*” (Ibidem, p. 293) Não existia região onde não se tenha encontrado matéria prima; em alguns casos, entretanto, faltou “esforço de espírito”, faltou iniciativa. E, com frequência, eram materiais imperfeitos que foram utilizados porque não eram possíveis as importações. “*Esses produtos representam aquele estágio dos primeiros e inúteis esforços contra o isolamento que envolvia os grupos locais e impedia que os inventos se transmitissem e se comunicassem de um a outro.*” (Ibidem, p. 294)

Os obstáculos estavam desigualmente distribuídos pelo planeta. Meios de transporte foram adequados a esses obstáculos e esses meios se distinguiam pela velocidade e pela capacidade. “*As mesmas influências geográficas perpetuam os mesmos efeitos; [...]*” (Ibidem, p. 302), afirmou ele numa visão próxima demais do Determinismo. Também propínqua ao determinismo a seguinte frase: “*As analogias de civilização alastram em manchas, segundo as analogias de relevo e de solo.*” (Ibidem, p. 303)



Foi o homem, em pequenos grupos ou em massa, que as vias transportaram. Em um exemplo, afirmou que *“Pela sua formação rápida e pelas trajetórias determinadas a que parecem obedecer, estes fenômenos assemelham-se aos fenômenos meteorológicos de que a ciência determina o centro e segue o percurso.”* (Ibidem, p. 304) Uma analogia de movimentos humanos com fenômenos da atmosfera, é algo incompreensível.

A função política (sem essa denominação) das vias terrestres foi enunciada: *“A rede de estradas romanas fez da Itália um todo, assim como a Gália preparou a configuração da França.”* (Ibidem, p. 314) E colocou algo sobre a influência das estradas:

Linha de atração enquanto a segurança e a ordem nela dominam, a estrada torna-se, caso contrário, em linha de repulsão, via de guerra da qual se afastam os habitantes. Houve um tempo, diz Tucídides, em que as cidades, temendo-se da pirataria, não ousavam estabelecer ao contato do mar; tinham-no à vista, mas a alguma distância. O mesmo teve lugar ao longo das estradas que a anarquia ou a desgraça dos tempos entregavam às invasões ou à pilhagem. (LA BLACHE, 1954, p. 314).

O que ele entendia como anarquia em um tempo em que havia discussões significativas sobre ela? O que significava “desgraça dos tempos”? Quando o Império Romano transitava por essas estradas, isso representava a “desgraça dos tempos”? A razão de burgos fortificados não era somente para evitar ataques de outras cidades; era também para que camponeses pobres ou desempregados não adentrassem. Em algumas regiões, cidades e aldeias eram fortificadas em razão do ataque de outros governos (e, portanto, não por causa da “anarquia”).

Em outra parte, Vidal disse que a generalização de uma obra sistemática das estradas começou mesmo no período moderno, um pouco antes do estabelecimento das ferrovias. Pensamos que não, a partir da observação de uma rede de vias dos incas, na América do Sul. Entretanto, não se discute a importância de estradas para um Estado centralizador, que necessitava se fazer sentir até suas fronteiras. E ele reconheceu: *“A estrada é o instrumento empregado pela colonização europeia nos seus primeiros passos.”* (Ibidem, p. 315) Não chegou a dizer que uma de suas funções principais era o escoamento de riquezas.

Para ele, as estradas de ferro deram um impulso à grande revolução geográfica (Ibidem); correto, mas em desacordo com a utilização do termo “geográfico” empregado em situações anteriores. Usou uma linguagem adequada ao descrever as vias de transporte europeias: *“Na Europa, a rede de estradas foi a teia onde se inscreveu a dos caminhos-de-ferro.”* (Ibidem) As estradas para carros já suprimiram parte dos obstáculos; nesses “progressos” exprimiam-se a necessidade de comunicações mais fáceis que, por todo o lado, “a civilização moderna” demandava. O que a estrada tentou, a ferrovia ia cumprir (Ibidem, p. 316). Os países que conseguiram superar os obstáculos no estabelecimento de vias férreas avançaram mais do que outros, como se fosse a incapacidade de fazer pontes sólidas ou evitar as cheias fluviais a razão que criava a desigualdade entre as áreas.

As ferrovias ligavam-se ao passado que elas substituíam, eram fruto das antigas estradas de rodagem em terrenos nos quais frutificariam os “desenvolvimentos” futuros.

Pois não é somente a presença do combustível e do minério, da matéria bruta, que gera os focos da indústria: é preciso considerar o elemento psicológico que advém dos hábitos, da familiaridade com o exterior, das perspectivas das relações longínquas, e, enfim, do crédito e do sentido das negocções. Tudo isso são germes que se depositam ao longo das velhas estradas. Nisso está uma das diferenças essenciais entre a Europa e a América. (LA BLACHE, 1954, p. 318).

Não era a presença da matéria prima que gerava a indústria, a tal ponto que diversas matérias eram buscadas longe da Europa, um continente – afora a Rússia – pobre em matérias primas (exceto a hulha). Alguns europeus possuíam familiaridade com o exterior, pois colaboraram para o conhecimento e o domínio do mundo por seus Estados, um mundo que já era quase todo conhecido quando Vidal registrou isso. O que ele não colocou foi o motivo pelo qual tantos europeus, no século XIX, tiveram que procurar nova vida em outros locais, notadamente na América. E esta possuía muita coisa depositada ao longo de suas estradas; no entanto, essas heranças foram espezinhasdas pelos europeus que a dominaram.

Vidal tinha conhecimento das mudanças que as ferrovias poderiam causar, ampliando sua quilometragem e sua velocidade. Afirmava que o interior de muitas regiões (de Ásia, África e América do Sul) não tinha estradas de ferro e que essas áreas permaneciam “[...] *indiferentes e, senão inertes, pelo menos obstinadamente fiéis aos processos arcaicos de transporte gerados pelo meio geográfico.*” (Ibidem, p. 322) Sobre essas áreas isoladas afirmou:

Foram os progressos do comércio ao serviço de uma indústria exigente de matérias-primas, ávida de mercados, que aumentaram o afastamento, abrindo quase um abismo entre as regiões englobadas na rede mundial e aquelas que lhes escapam. Criaram-se assim diferenças regionais profundas. (LA BLACHE, 1954, p. 322).

Uma rede mundial, mas ainda não global. E por que chama de rede mundial se ela não abarcava a maior parte do mundo? Diz mais. Sobre os resultados sociais escreveu que aumentavam dez ou vinte mil quilômetros, que seu “alcance geográfico” só era lentamente percebido. “*As ideias vacilam ainda sobre o alcance geográfico do novo modo de transporte; não se apercebem as verdadeiras condições em que lhe será possível exercer cabalmente a sua ação.*” (Ibidem, p. 323) Como um transporte somente local, ele não altera as condições de vida; ele mantém o antigo estado das coisas. Aliás, parece que são esses os “resultados sociais”. Somente mudanças no aspecto econômico e nada sobre a vida da maioria das pessoas.

Em outros locais fora da Europa, como nos EUA (quando se referia a ame-

ricanos, estava falando deste país), também existiam ligações cimentadas pelo tempo, conflitos entre nações, individualidades nacionais, somente que de outro modo e que não conseguiram vencer aqueles que vinham do continente europeu. Aliás, nesse trecho, só há uma referência à possibilidade de convergência das vias para fins militares: as forças da confederação germânica (aquelas que haviam tomado Alsácia e áreas de Lorena). Um pouco mais adiante, disse: *“Em cada ser é instintivo prover antes de tudo à sua segurança pessoal: os Estados não constituiram exceção.”* (Ibidem, p. 327) Escreveu ainda:

[...], a França, mais experimentada ainda após a guerra de 1870 que lhe havia mutilado o território nacional, teve de reconstituir, em vista da nova fronteira, todo o sistema de circulação, de adaptar e ligar de novo as suas linhas de caminhos-de-ferro, os seus canais; e tal como numa carne golpeada as fibras tendem a unir-se, a França procurou cicatrizar assim suas feridas. (LA BLACHE, 1954, p. 327).

Não disse contra quem foi essa guerra e essas feridas não cicatrizaram, como comprovaram os “Acordos” após a Primeira Grande Guerra. Sua ideia de unidade nacional (como as linhas que irradiavam de Paris para Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Espanha, Mediterrâneo etc.) traduzia-se em uma visão de segurança nacional. Para ele, as ferrovias, como que arrastando *“novas correntes de civilização”*, constituíam e simbolizavam o progresso. E progresso era sempre benéfico; pelo menos no sentido que estava em seu livro, ainda que afirmasse que era mais no transporte de mercadorias (e não de passageiros) *“que estava a evolução profunda”* trazida pelas ferrovias.

Para Vidal, os EUA haviam conseguido estabelecer fretes menos caros, não por “efeito natural” da concorrência e sim por uma “sucessão de esforços” do período de fusão das empresas (por volta de 1890). Fusão de empresas, concorrência (que ele deveria acreditar ser livre), tudo isso era “natural”. Ou seja, o capitalismo era algo bom, da própria civilização.

Ele percebia as mudanças que os transportes marítimos mais rápidos iriam trazer nas relações entre os países; no entanto, interpretava sempre como melhorias, como alterações positivas e nunca como a possibilidade de um país aumentar sua área de exploração, de causar miséria e fome em outros locais. *“O que se troca ao longo desta via tortuosa, que toca nas mais antigas regiões civilizadas, que lança os seus ramos até a África Oriental e Austrália, são objetos manufaturados da Europa contra os produtos naturais da Ásia.”* (Ibidem, p. 343) Coisa alguma sobre a natureza dessa troca, que não era simplesmente uma troca e sim uma relação capitalista entre alguns Estados e outros que entraram nesse sistema como dependentes.

Não escreveu que a Índia era uma colônia britânica (nisso não via nada de anormal, talvez por ser um “gênero de vida superior” colaborando com um gênero mais pobre), que a pobreza e a fome tinham aumentado, que as ferrovias somente interligavam áreas produtoras e portos. Pelo contrário: *“Não obstante, se as fomes não desapareceram, a sua frequência e efeitos foram em parte con-*

*jurados.*" (Ibidem, p. 344) Entendendo o último termo no sentido de afastado, desviado, sabe-se que, ao contrário do que afirmou, as fomes passaram a serem maiores e tornaram-se epidêmicas na Índia. Uma das principais razões foi o fato de se plantar para os ingleses e não mais para a subsistência dos indianos, de eles se utilizarem de roupas feitas na Grã Bretanha e, assim, desarticularem sua indústria têxtil.

No entanto, a ideia de que nesse processo o mundo foi ficando quase todo ligado, modificando a visão fragmentada dos territórios, era muito clara para ele; pelo mar foram unidos os ecúmenos existentes.

Tudo o que, no bem ou no mal, caracteriza a natureza humana veio à tona quando se estabeleceu o contato entre essas sociedades diferentes, desiguais, separadas por evoluções seculares. O proselitismo religioso deu-se à tarefa de trazer a uma fé comum os infieis involuntários e desenvolveu por vezes um heroísmo admirável, enquanto por outro lado eram postos em prática os mais implacáveis processos de exterminação. (LA BLACHE, 1954, p. 354).

O que se pode notar é que Vidal tinha consciência de processos de extermínio, ainda que não tenha mencionado nenhum exemplo especificamente. E possuía visão de que sonhar com a hegemonia mundial era possível; mas quem conquistou o "império dos mares" não foram os franceses. E, fruto do comércio marítimo, o interior dos continentes foi "solicitado" a se abrir. Rios foram aproveitados, como se fossem um prolongamento dos mares.

Hoje é do interior que partem as ordens, que são expedidas as massas dos produtos, das matérias primas ou gêneros alimentícios, de que a terra é a grande dispenseira; [...]. [...] Certas vantagens a que outrora a geografia ligava grande importância, tais como os recortes múltiplos, as articulações de pormenor do litoral, passaram ao segundo plano, ao passo que as considerações de posição vieram ocupar o primeiro lugar. Em suma, a influência do mar generalizou-se; fez-se sentir fortemente nos continentes. [...] Essas mudanças que a geografia física constata entre os climas, realiza-as a geografia humana com os produtos. (LA BLACHE, 1954, p. 358 e 359).

Quem se utiliza da diferenciação entre geografia física e humana é Vidal. A sua visão de mudanças, o seu entusiasmo com as alterações provocadas nos meios de transportes, é fácil de se perceber; pena que via tudo isso sob a ótica de Estados que realizavam opressões sobre outros povos; e, nesse sentido, não assumia um posicionamento crítico. Não achava estranho o fato de um país possuir hegemonia sobre outros. Ele mesmo disse que novas forças entraram no jogo. "*Outros impérios coloniais foram fundados ou se preparam ao lado daquele que é ainda o maior de todos.*" (Ibidem, p. 360) Como também em outros trechos, deixou de mencionar que estava se referindo à Grã Bretanha. E esses "outros impérios" que citou se resumiram aos Estados Unidos da América que, após o conflito de 1939 a 1945, transformaram-se na maior potência marítima do globo.

No final do livro existe uma parte designada Fragmentos, na qual quatro temas foram arrumados por Emmanuel de Martonne (1873-1955); o último deles foi sobre as cidades, um assunto pouco desenvolvido no restante do livro e que mereceu sete páginas, certamente porque ele não completara o tema em razão de seu súbito falecimento. Já havia escrito sobre o tema antes. Distingua aldeia e cidade, não incluindo neste último nome as aglomerações fortuitas que existiam em áreas de “*menor civilização*”, como o Sudão e a África Central. A origem das cidades configurava um fato essencialmente histórico; a “*auréola mítica*” de sua gênese era somente a expressão da admiração que o fenômeno suscitava entre as pessoas e acompanhou o desenvolvimento inicial das grandes civilizações. Analisou o fato urbano a partir da *pólis* grega até a sua contemporaneidade. A gênese das cidades no passado, segundo o autor, foi geralmente a presença de um obstáculo físico (montanhas, rios, deserto, litoral), onde era necessário parar e preparar novos meios de transporte. A elevação de aldeias a cidades considerava resultante das influências econômicas; as principais regiões industriais europeias criaram muitas cidades. Ao mesmo tempo, antigos burgos estavam agonizando. E nas Américas surgiria um novo tipo de cidade: com um plano pré-concebido, como Washington, Filadélfia e Buenos Aires.

Mas em nossos dias, a cidade surge muito depressa, inteiramente feita, seguindo por toda parte idêntico plano. Esses blocos quadrangulares de casas cortados por avenidas ou ruas não tem nada de local, nem de histórico, quer estejam construídas nas margens do Atlântico ou do Pacífico, quer nos confins do México ou do Canadá. É uma civilização singularmente exclusiva que lhes imprime um aspecto comum. [...] Mas na América, a cidade desenvolve-se em proporções outrora desconhecidas. (LA BLACHE, 1954, p. 386-387).

Este é o trecho quase no final do (inacabado) livro, no qual a palavra “mulher” é, praticamente, inexistente. Mas parece que ele havia descoberto um lugar (EUA) diferente de suas descrições e análises anteriores.

## **OUTRAS QUESTÕES SOBRE “PRINCÍPIOS DE GEOGRAFIA HUMANA”**

Além das breves análises já feitas, existem outras questões para deixar de modo claro nossa posição frente a afirmações contidas nesse livro, tido como fundamental na obra de Vidal de La Blache. Afirmou, por exemplo, sobre o “[...] *extraordinário desenvolvimento da emigração europeia no século XIX, fenômeno que representa uma viragem na evolução do povoamento humano, [...]*” (LA BLACHE, 1954, p. 51) Para ele era algo positivo (visto que era de europeus); porém nada escreveu sobre as razões fundamentais que fizeram milhões de europeus migrarem. Em nenhum momento, por exemplo, citou a epidemia de fome na Irlanda – que provocou intensa emigração – causada essencialmente pelo domínio inglês.

Alguns climas dificultavam o estabelecimento humano (como os equatoriais ou os polares) e outros facilitavam a aclimação. Os que alternavam inverno e

verão, com chuvas em um dos dois períodos, com temperaturas superiores a 10°C colaboravam contra o perigo da fome “– esse pesadelo das antigas sociedades humanas –” (Ibidem, p. 54) em um momento em que a fome já era grande em quase todos os quadrantes do mundo e, graças à ação de Estados europeus, irá ficar ainda maior. Afirmou que nenhuma das causas pode ser desprezada, assim como nenhuma seria por si só suficiente. Contudo, limitava as causas por ele citadas e não colocava como causas básicas a estrutura de classes, a atuação dos Estados imperialistas, a existência de *plantation* e outras.

O que a atividade de uma “mentalidade superior” adquiriu e aperfeiçoou, ele chamava de “a obra geográfica do homem”. Entretanto, era difícil ter uma clareza sobre isso; somente as coisas boas? Tudo o que foi feito beneficiou a espécie? Ou seja, falava sobre a “evolução” do homem, mas nada dizia sobre o domínio de uns sobre os outros como uma injustiça, nada sobre as classes sociais que foram se formando, nada sobre alguns possuírem muito e outros muito pouco. A questão de gênero não é contemplada; somente algumas vezes escrevia “*companheiros ou companheiras*”, sem fazer nenhuma análise sobre o papel da mulher nas sociedades, o que já era comum, no mesmo período, entre geógrafos anarquistas, como Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1842-1921), ou em teóricos de outras ciências, como Friedrich Engels (1820-1895).

Escreveu sobre a divisão do trabalho e sobre as dificuldades que teriam em um processo de colaboração a existência de “forças numerosas reunidas”. O homem somente agiria por grupos e “*Estes grupos estão na manifesta dependência da natureza das regiões.*” (Ibidem, p. 70) Por essa razão, “*Não há nenhum grupo, mesmo no mais baixo degrau da escada social, que não tenha e não reivindique avidamente o seu território.*” (Ibidem, p. 71) E eram justamente os grupos mais indigentes que reclamavam por mais espaço. Qual era o critério para estabelecer uma sociedade como rudimentar ou mais avançada? Isso não ficou claro, a não ser se as mais avançadas eram aquelas com maior domínio técnico. Levando isso adiante, as reivindicações dos indígenas devem ser barradas por situarem no degrau mais baixo, por serem indigentes. Entretanto, não disse nada sobre o apetite estatal de ampliar seu espaço vital, de ser dono de terras em diversos continentes, de formar um império enorme.

No livro não escreveu muito sobre propriedade, sobre quem são os proprietários; tanto na América, quanto na África ou na Oceania, nenhuma palavra sobre povos massacrados ou explorados por europeus. Disse como algo negativo o fato de um grupo sudanês não utilizar arado (1954, p. 74), como se isso fosse recomendável para todos os tipos de solo, não importando o tamanho das pás do arado, nem a profundidade fértil do solo e o tempo em que ficaria exposto à ação de águas e ventos. Era como se os conhecimentos agrícolas dos europeus fossem adequados a qualquer parte do mundo.

No capítulo sobre “A evolução das civilizações”, escreveu um pouco sobre a China, que estava estagnada, mas não explicou por que esse império estava parado. Vidal não explicava as causas reais; seu texto não traduzia a situação con-

creta de um país. Ele poderia ter escrito que, já no início do século XIX, a situação chinesa havia começado a deteriorar, tendo como uma das causas a intervenção de potências ocidentais. Quando o governo chinês resolveu proibir o contrabando de ópio indiano – em razão de suas consequências sociais – a Inglaterra (o país traficante e que o usava para contrabalançar suas importações de seda, chá e porcelana) entrou em guerra contra o Império do Meio. Foram duas as chamadas Guerras do Ópio e nas duas as potências europeias venceram. E Vidal nada citou sobre as Guerras do Ópio.

O uso de analogias era constante, como se elas não fossem perigosas. Mas se constituía (e continua se constituindo) em um princípio perigoso, pois a análise de fatos sociais não pode ir beber nas mesmas fontes que as ciências da natureza. Um dos grandes problemas da chamada Geografia Humana foi o fato de beber nas fontes das ciências físicas, quase que na expectativa de que as coletividades humanas se comportassem como os outros seres vivos. Isso é o que foi feito com a ampla utilização do Princípio de Analogia. A grande falha foi a utilização de analogias com o mundo físico; já era complicado fazê-las com o mundo do homem, imagine com a natureza, transpondo o que se passa no mundo físico para a História. Ou seja, é um erro grave ir à procura do mundo físico buscar explicações para o mundo social. *“Nenhuma verdade no mundo físico é definitiva e ainda menos o é no domínio social”* (SANTOS, 1978, p. 25).

Além disso, essa analogia pode nos limitar à aparência, ao exterior, à forma e não ao conteúdo. Ao se comparar fatos de épocas diferentes se está, implicitamente, aceitando que os fenômenos históricos se repetem e adotando uma visão mecanicista de história. E, mais importante, a própria ocorrência de coincidências não supõe repetição de causas, como, por exemplo, no fenômeno da urbanização. As pessoas que verificaram este fenômeno, em lugares e épocas diferentes, realizaram isso com a mesma teoria e com o mesmo objetivo?

No início da segunda parte, Vidal citou exemplos da necessidade dos que chegavam possuírem uma adaptação e contraírem novos hábitos. Um dos exemplos citados se referia aos bôeres que trocaram a Holanda pela África do Sul. Mas nada do papel dos mesmos na África do Sul. Nada sobre a Igreja Reformada Holandesa, calvinista, racista, que afirmava que os brancos eram o povo eleito por Deus para civilizar a África, que

O objetivo dos eleitos não é amar o próximo ou servir a humanidade. Os membros da Igreja devem apenas obedecer aos mandamentos de Deus e não contaminar-se pelos pecados do mundo. Para isso é necessária uma rígida disciplina, controlada pelas autoridades eclesásticas. Além desses traços antidemocráticos, o calvinismo deixa claro que é preciso manter uma certa distância e reconhecer as distinções entre os membros da Igreja e os outros. Deus é “o grande Divisor”, que achou por bem “estabelecer fronteiras entre os povos e entre grupos de pessoas”. (CIVITA, 1973, p. 972).

Uma consequência dessa visão foi a separação das pessoas conforme sua origem étnica; outra foi que ações liberais ou humanitárias poderiam ser consideradas subversivas por implicar no alcance da salvação por meio de boas ações ou solidariedade praticadas aqui na Terra. Eram crenças fundamentalistas protestantes que impediam o uso da razão. Aceitar mudanças, segundo eles, era admitir que seus antepassados estivessem errados, o que não poderia ser correto, pois eles sempre agiram de acordo com a vontade de Deus.

Segundo Vidal, *“Darwin notara que quanto mais baixo está um grupo humano na escala das civilizações tanto mais é incapaz de aclimação.”* (LA BLACHE, 1954, p. 164) Entretanto, como estabelecer essa escala das civilizações? Quem que a estabeleceu se colocou em que posição? As “civilizações” europeias eram muito atrasadas durante a Idade Média em relação às civilizações chamadas árabes. Astecas sabiam mais de astronomia do que qualquer povo da Europa até o século XV. O que torna uma civilização superior? Suas armas? Sua capacidade de dominar outras?

Tratou também sobre os efeitos da altitude e da latitude; neste último caso, não via limitações tão nítidas e citou um exemplo sobre os negros:

Os do Oeste da África tiveram o penoso privilégio de servir de material de experiência: um acidente da história, que é também um paradoxo geográfico – sem falar de um ato de lesa-humanidade –, transplantou-os para os Estados Unidos, muito para além do seu domínio de origem. Introduzidos nas plantações há vários séculos, encontram-se agora lá em contato com uma civilização que, pelo atrativo dos salários, os seduz e lhes abre um largo campo. A permanência nos Estados do Sul não lhes foi desfavorável, pois que, no meio século passado, o seu número dobrou. (LA BLACHE, 1954, p. 164 a 166).

A escravidão (termo que não foi empregado) foi um acidente da história? A maioria dos que se encontravam lá no século XIX era africana de nascimento? Estavam atraídos pelos salários? A ampliação do número de negros significava que a situação lhes era favorável? Que desatino! Foi uma luta para conseguir ter os mesmos direitos dos brancos (e somente na segunda metade do século XX), sofreram uma das discriminações mais descaradas, e Vidal vem falar de aspectos importantes desse *“privilégio de servir de material de experiência”*?

No início de *“O mundo das savanas abertas”* (capítulo dois, da segunda parte), quando se referiu à rarefação da vegetação e sobre pastores e caçadores, escreveu sobre os zulus, *“esses espartanos da África”*, mas nada sobre os seus conflitos com europeus; sobre o pacífico pastor herero, que *“consagrou um cuidado particular à coleção de utensílios transportáveis”* e nada sobre os alemães e o massacre perpetrado pelos mesmos no início do século XX. Pois os hereros (e os namaquas) habitavam o Sudoeste Africano (atual Namíbia), dominado pelos alemães (até 1918). Entre 1904 e 1907 ocorreu aquele que é considerado o primeiro genocídio do século XX e o livro em análise foi escrito depois. Ocorreram alguns protestos, mas o Império Alemão se defendeu afirmando que os hereros



não poderiam ser protegidos pela Convenção de Genebra porque eles não eram humanos e, sim, subumanos (GENOCÍDIO, 2012).

Foi com as vias férreas que se chegou à transformação do século XIX; com elas ocorreu a grande revolução geográfica do período. A invenção da máquina a vapor (no trem e no navio) possibilitou a movimentação de matérias primas pesadas, a criação de um sistema de circulação de grandes toneladas, ferrovias mais baratas quanto mais extensas, o que ajudou em seu papel estratégico de unir pontos distantes do território e proporcionar maior mobilidade às forças militares. *“A fusão entre a ferrovia e a navegação concretiza o velho sonho europeu de formar um ‘império dos mares’ com o fim de unificar o mundo sob seu mando.”* (MOREIRA, 2008, p. 74) A Rússia, conforme Vidal, estava construindo ferrovias, lutando contra o seu principal inimigo: a distância. Ora, esta dificultava uma união nacional, mas do ponto de vista estratégico sempre foi um aliado de Moscou. As grandes distâncias e seu rigoroso inverno sempre foram considerados como dois de seus grandes “comandantes militares”.

E, como alguns intelectuais de seu tempo, já visualizava a etapa da globalização: *“Uma das consequências mais importantes do desenvolvimento da rede mundial foi o estabelecimento de contatos que tendem para a formação de uma espécie de economia internacional.”* (LA BLACHE, 1954, p. 333) Séculos de História tinham erguido fronteiras entre os povos europeus, haviam *“organizado cada Estado de maneira a bastar-se a si próprio”*, mas esses hábitos foram atacados. E acrescentou: *“Não se trata somente de estabelecer relações mais intensas entre as diversas partes de um Estado, mas também entre as regiões que, pelos seus produtos, se entrelaçam e completam, quaisquer que sejam a situação geográfica e o estatuto político.”* (Ibidem, p. 333) Estados ajudam outros Estados? Desinteressadamente? Parecia ser isso: alguns países europeus precisavam de produtos agrícolas, de minerais, de combustíveis fósseis; assim eles importavam esses produtos, pagavam um preço baixo, faziam produtos explorando uma mão de obra desorganizada e forçavam países fornecedores de produtos agrícolas e minerais a importarem, pagando preços elevados.

Acreditava no progresso proporcionado pela Revolução Industrial: *“Graças à máquina, o máximo da produção pode ser atingido com o mínimo de mão-de-obra.”* (Ibidem, p. 339) No entanto, não fez qualquer citação ou análise das condições de trabalho das pessoas que faziam essas máquinas, do fato de as mesmas proporcionarem um aumento muito grande de poucos produtos, piorando a qualidade alimentar e aumentando a concentração fundiária.

Quase ao findar a terceira parte, se pôde notar que Vidal tinha consciência de processos de extermínio, ainda que não tenha mencionado nenhum exemplo.

Cada vez mais seduzida pela vista de domínios admiravelmente dispostos para se tornarem pátrias invejáveis, terras virgens onde rejuvenesceria o tronco transplantado das nossas velhas raças, a Europa começou a expandir-se [...]; multiplicaram-se os povos novos, e este êxodo sempre crescente teve incalculáveis consequências. Em troca, o tráfico de escravos despo-

voou em parte a África negra para dar às plantações do novo mundo os braços que lhe faltavam. Parcialmente também, desapareceram os povos que haviam fundado, à volta dos Grandes Lagos, ao longo das Montanhas Rochosas ou nos planaltos intertropicais da América, confederações, impérios, embriões de Estados. Em suma, jamais um abalo tão geral sacudira as relações entre os homens. (LA BLACHE, 1954, p. 354).

Vejamos: os europeus começaram a se expandir por descobrirem domínios que poderiam se transformar em pátrias invejáveis? A quais europeus ele se refere? Aos que foram forçados a sair da Europa ou àqueles que estavam a serviço das monarquias? Terras virgens para quem? Por que não plantavam monoculturas, por que não devastavam como já se fizera na Europa? E faltavam braços no Novo Mundo e foi somente essa a razão da existência da escravidão negra? Plantar para quem? Para os americanos ou para os europeus? O que aconteceu com os moradores dessas “novas” terras? Também não foram escravizados? Muitos, em razão da não aceitação do domínio europeu, não foram exterminados? Desapareceram povos nativos americanos por quê? Quais povos novos surgiram? Em um comentário ele parece ter razão: nunca um abalo tão geral havia acontecido nas Américas; e quem saiu perdendo (por desconhecer a pólvora) foram as nações nativas.

Vidal possuía uma visão geopolítica razoável, sabia do papel que desempenhavam ilhas e localidades situadas em locais estratégicos. Ele escreveu sobre as áreas que passaram a ser dominadas pelas potências (sem dizer dessa forma), como se fosse um grande progresso da humanidade (sempre que se usa este termo se deseja generalizar) e disse: *“Essa é a obra realizada em nossos dias pela navegação marítima; deixamos ao leitor o cuidado de tirar as conclusões sociais e econômicas do fato.”* (Ibidem, p. 361) Ou seja, no momento em que ele poderia ter exercitado a Geografia, deixa para os leitores.

Nos “Fragmentos”, falando sobre as raças, colocou o seguinte trecho:

Mas incontestáveis são os efeitos da altitude. Acima de 2.000 metros, vive na Abissínia, e sobretudo na América, um certo número de populações mais civilizadas do que as outras que vivem nas terras quentes e baixas. A salubridade dessas altitudes é favorável ao homem; os cirurgiões da expedição inglesa à Abissínia varificaram [sic] a cicatrização rápida dos ferimentos. Mas a diminuição da pressão atmosférica prejudica a combinação do oxigênio do ar com os glóbulos do sangue, e daí a impossibilidade de esforços musculares ou cerebrais prolongados. Notou-se frequentemente entre os Astecas a ausência de alegria e de movimento, mesmo nas crianças, e ainda a apatia e atonia das fisionomias. (LA BLACHE, 1954, p. 369).

Parecia querer afirmar que, em áreas tropicais, quanto maior fosse a altitude, melhor seria para as pessoas viverem (porventura por ser mais semelhante aos climas europeus?); talvez assim também explicasse a razão de a Europa mediterrânea ser inferior a outras partes do continente, algo imperdoável porque grande parte da cultura europeia viera dos gregos. Na Suíça seria difícil realizar

esforços musculares ou cerebrais prolongados, pois as altitudes desse país são muito elevadas? Como os incas conseguiram, nos Andes, construir Machu Picchu? Ausência de alegria e a presença de apatia (talvez Vidal entendesse que deveriam trabalhar, para estrangeiros, com vigor e entusiasmo) entre os astecas seriam possíveis; a grande causa era espanhola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa lendo a obra “Princípios de Geografia Humana” é o modo como o ponto de vista histórico domina a explicação dos fatos; mostra que os fenômenos que ele acreditava como sendo da Geografia Humana eram estágios de um longo processo; entretanto, ao final da leitura de cada aspecto analisado, fica a pergunta: qual a utilidade, para que foi feita essa tentativa de análise?

Sabe-se que não existe um lugar que se explique por si só; entretanto, geógrafos da Escola Regional Francesa tentaram colocar em livros didáticos brasileiros algumas regiões isoladas (por exemplo, o Nordeste do Brasil), como se não dependessem de outras ligações e pondo o clima como explicação das características da região. Entretanto, não se pode esquecer que, em diversos países, a Geografia somente se desenvolveu graças a um suporte institucional, graças aos Estados com suas universidades e suas organizações. *“Em nome da ciência, resguardar o Estado. Em nome do povo, edificar a nação. Em nome da ordem, educar a sociedade. Daí a relação umbilical entre o saber geográfico e o sistema escolar.”* (RIBEIRO, 2009, p. 20)

Vidal percebeu que mudanças industriais estavam causando um desenraizamento de pessoas, que as distâncias permaneciam diminuindo e que muitas cidades estavam se transformando em polos de poder. No entanto, ainda que importante para a França, o desenvolvimento da Geografia proposta por Paul Vidal de La Blache logo começou a evidenciar problemas metodológicos. Ela não superou a dicotomia homem/meio, acabou por olvidar as relações entre as regiões, pois os estudos realizados faziam análises ou exclusivas ou excludentes das outras regiões. Por isso, com a intenção de definir de modo objetivo (e diferencial) todas as regiões, desembocou em uma proliferação de monografias que, além disso, estudavam ou a parte física ou a parte humana, descaracterizando a própria ciência geográfica.

Todavia, o empenho vidaliano de institucionalizar a Geografia na universidade e ampliar seu raio de ação pedagógico; demarcar o campo de atuação do geógrafo frente aos historiadores, geólogos e sociólogos sem, no entanto, abrir mão da interdisciplinaridade; conceber certos conceitos e aplicá-los a situações concretas; e fornecer à Geografia uma visão coerente que possibilitasse o tratamento de temas variados não pode ser desprezado quando se discute a questão da construção do conhecimento científico. (RIBEIRO, 2008, p. 126).

Aliás, nossa posição é a de considerar autores relevantes, independente de suas visões de mundo. Vidal possui muita importância, inclusive negativa sob diversos aspectos. Seu pensamento não imprimiu clareza sobre a Geografia como

ciência útil para a transformação – para melhor – da sociedade, caminhando mais para o lado físico por ausência de uma utopia, pois legitimava o capitalismo, o Estado francês, a colonização, o imperialismo – e esses fatos são muito importantes.

Nas críticas feitas a Vidal não se despolitizou o seu pensamento, mas colocou-se o fato de que sua meta era “despolitizar” a Geografia para que não houvesse críticas ao Estado francês e a seu imperialismo. Isso é o que os poderes dominantes sempre pretendem para justificar suas ações. La Blache era alguém preocupado com as questões políticas francesas, mas as via de acordo com sua ideologia (aliás, é o que fazem todos). Mas não deixa de ser um clássico da Geografia.

## A REVIEW OF THE WORK “PRINCIPLES OF HUMAN GEOGRAPHY”, FROM VIDAL DE LA BLACHE

### ABSTRACT

This article exposes the main features of the book “Principles of Human Geography”, from the French geographer Paul Vidal de la Blache, and seeks to make a critical analysis of its contents. This article attempts to demonstrate that, despite some positive aspects, the author proposed a Geography indefinite to its object, apparently depoliticized, linked to capitalism, legitimating of the French expansionism, colonialism and imperialism, fragmenting the global reality, that hindered the abstraction and speculation necessary to the establishment of a scientific field.

**Keywords:** Principles of Human Geography; French Possibilist School; Vidal de La Blache.

## UNA REVISIÓN DE LA OBRA “PRINCIPIOS DE GEOGRAFÍA HUMANA”, DE VIDAL DE LA BLACHE

### RESUMEN

En este artículo se exponen las principales características de la obra “Principios de Geografía Humana”, del geógrafo francés Paul Vidal de la Blache, y se trata de hacer un análisis crítico de su contenido. Eso todo con el intento de demostrar que, a pesar de algunos aspectos positivos, el autor propone una geografía indefinida en cuanto a su objeto, aparentemente despolitizada, ligada al capitalismo, legitimadora del expansionismo francés, del colonialismo y del imperialismo, fraccionaria

de la realidad mundial y que obstaculizaba la abstracción y la especulación necesarias para el establecimiento de un campo científico.

**Palabras clave:** Principios de Geografía Humana; Escuela Posibilista Francesa; Vidal de La Blache.

## REFERÊNCIAS

CIVITA, Victor (editor). **Povos e países vol. III.** África do Sul. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1992 (c. Geografia, teoria e realidade, 17)

GENOCÍDIO dos hererós e manaquas. 2012. In: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc %C3%ADdio\\_dos\\_herer%C3%B3s\\_e\\_namaquas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Genoc%C3%ADdio_dos_herer%C3%B3s_e_namaquas), em 27/02/2012, às 12hs-45mim.

LA BLACHE, Vidal de. **Princípios de Geografia Humana.** 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. original: Paris, 1921).

\_\_\_\_\_. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia.** 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra.** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**, vol. 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Guilherme. Para Além da Ingenuidade: Releituras Vidalianas. **GEOgraphia:** Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói (RJ), v. 10, n. 20, 2008, p. 124-131.

\_\_\_\_\_. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, a.08, nº 15, jan./abr. 2009, p. 19-28. ISSN: 1984-2201.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1978.